

## O PODER DA MÍDIA e a luta pela democratização da comunicação



# A CRISE DA PUC

Este número da Revista PUCviva é lançado em meio a uma situação de dilaceração das relações internas da universidade, com as demissões em massa de professores e funcionários. A crise financeira e trabalhista se transformou em crise política e educacional. A política deveu-se à intervenção da Fundação São Paulo, que retirou as funções da Reitoria eleita; a educacional, aos vários fatores que retiraram de quem trabalha e estuda a solução do problema que afeta as relações de ensino.

Este número não traz artigos sobre os recentes acontecimentos porque foi elaborado muito antes de virem à tona. Mas tomamos a liberdade de referirmo-nos a eles e colocarmos nosso ponto de vista. O próximo número da revista estará voltado especialmente à crise.

O fato de perdurar a ingerência da Fundação - depois de os interventores terem completado a meta de demissão de 20% e depois dos movimentos de protestos, internos e externos à universidade, demonstrarem a rejeição ao curso dos acontecimentos - evidencia que a Igreja tem um objetivo mais amplo. Tudo indica que se pretende manter o controle direto do governo da PUC-SP e modificar o funcionamento da instituição, afetando as atribuições dos departamentos, dos conselhos e da constituição da Reitoria.

Em entrevista com representantes da Apropuc, Afapuc e centros acadêmicos, D. Cláudio Hummes anunciou um plano de "reformas" de longo alcance, a ser realizado pelos interventores. Um dos alvos é a substituição dos atuais estatutos e regimentos internos. Supomos que se pretenda retirar os poderes internos exercidos pelos departamentos, conselhos e Reitoria eleita.

Caso se confirme essa meta, teremos uma universidade dirigida por um núcleo altamente centralizador e com poderes sobrepostos aos docentes, funcionários e estudantes. Esse formato configura o ensino empresarial, perante o qual a PUC-SP manteve certa distância e dele se diferenciou.

A universidade para o lucro e para o mercado não permite a liberdade de cátedra, elimina o ensino crítico, eleva ao máximo o adestramento educacional, impõe a homogeneização de métodos mecanicistas, deforma o conhecimento eliminando as contradições, afasta do campus as manifestações dos conflitos que ocorrem na sociedade e não permite a autonomia e democracia universitárias, em nenhum grau.

Imaginamos que, para muitos, custa crer que esse modelo esteja no horizonte da PUC. A dúvida nesse sentido, no entanto, é perigosa para quem não aceita a mercantilização e defende que a universidade deve ser democrática, de acesso a todos, crítica e independente de qualquer um dos poderes econômicos e políticos.

Não desconhecemos que a PUC-SP é plena de contradições, justamente por ser propriedade da Igreja e, ao mesmo tempo, sofrer influência administrativa por uma parte do corpo docente, com participação formal de funcionários e estudantes, eleitos diretamente, os quais, por vezes, refletem dissensões, mais ainda em situação de crise como a de agora. É certo que não se pode idealizar a democracia da PUC-SP; tanto é que esta serviu ao plano de demissão “pactuado” da Reitoria e refletiu, em seguida, toda sua fragilidade em face da intervenção, que culminou com as demissões não “pactuadas”.

O fracasso na tentativa de organizar um movimento unitário de professores, funcionários e estudantes, apesar dos esforços das associações, mostrou a base social da universidade fragmentada. É compreensível: uma parte admite que a intervenção é a solução para a crise financeira, e entende que a mercantilização do ensino está de acordo com o sistema econômico capitalista; outra parte aceita a via das demissões e advoga ser possível manter a PUC-SP como universidade diferenciada do sistema privado e público; há ainda outra parte, que defende o ensino público, gratuito e laico.

Na presente circunstância, as duas primeiras parcelas são esmagadoras entre os professores. Isso explica, em grande medida, por que não houve uma significativa resistência dos docentes à intervenção. No entanto, é preciso manter a polêmica e o movimento em torno do problema, que é de grande monta por envolver uma universidade do porte da PUC-SP e por refletir as profundas contradições do ensino, em um país em que uma ultraminoria chega ao ensino superior.

A greve parcial protagonizada pelos estudantes não teve o alcance pretendido em relação à intervenção e às demissões, mas foi a mais importante manifestação em defesa da democracia e autonomia universitárias. Rebateu a intervenção, as demissões; questionou a posição da Reitoria; abriu a discussão sobre a estatização; demonstrou as suas conseqüências negativas para o ensino universitário.

Não poderíamos deixar de fazer essa avaliação, embora saibamos que este não é o pensamento de importante parcela dos docentes. O futuro revelará sua real dimensão e sentido.

Como dissemos, o próximo número da Revista PUCviva será dedicado à análise e discussão sobre a crise. É bom que todas as posições se evidenciem, como critério de responsabilidade social para com o futuro da PUC-SP e das universidades como um todo.

# APRESENTAÇÃO

Falar de cultura, principalmente desde o princípio da era moderna até hoje, significa, antes de tudo, falar de comunicação, pois a comunicação é intrínseca ao funcionamento da cultura. É na comunicação que o ser humano se humaniza, estabelece relações com seus pares e se organiza socialmente. Disso decorre a importância de uma reflexão sobre os meios de comunicação, as mídias. O estudo das mídias pode revelar ou desvelar aspectos importantes de uma sociedade.

Na sociedade atual, na brasileira em especial, os principais veículos de transmissão de informação estão dominados por poderosos grupos econômicos e interesses políticos. Pensar na democratização da mídia implica necessariamente, como um primeiro passo, estudar a relação entre poder econômico e comunicação e torná-la pública. Trata-se de refletir sobre o acesso, a criação, a manipulação e a disseminação das informações.

Esta Revista PUCviva tem como temas o *Poder da mídia e a luta pela democratização da comunicação*, e pretende ser caracterizada pelos leitores como uma contribuição de análise crítica sobre a mídia brasileira. Para tanto, reuniu um conjunto de jornalistas e estudiosos - sobretudo, críticos - que contribuiu para a elaboração deste número.

O leitor encontrará estudos e reflexões importantes sobre: os papéis assumidos pela mídia na sua evolução histórica; a necessidade do controle público sobre a televisão; a política antidemocrática das concessões de rádio e de televisão; o caráter de classe dos canais e das agências de informação; a manipulação da notícia; a força e o poder da mídia na formação da opinião pública e no desenvolvimento das pessoas, assim como as ações que podem contribuir para o avanço democrático da comunicação brasileira, entre outros subtemas. Espera-se que o leitor aproveite e encontre subsídios neste periódico para a formulação ou o aprofundamento de sua opinião sobre o tema abordado.

# EXPEDIENTE

A revista PUCviva é uma publicação acadêmica e informativa trimestral dos professores da PUC-SP, editada pela Apropuc, com tiragem de 2 mil exemplares.

## **DIRETORIA DA APROPUC**

**PRESIDENTE:** Priscilla Cornalbas

**VICE-PRESIDENTE:** Hamilton Octavio de Souza

**1º SECRETÁRIO:** Erson Martins de Oliveira

**2º SECRETÁRIO:** Graciela Deri de Codina

**1º TESOUREIRO:** Luiz Carlos de Campos

**2ª TESOUREIRA:** Victória Claire Weischtordt

**SUPLENTES:** Carlos Alberto Shimote Martins, Maria Beatriz Costa Abramides, Nicola Centrone, Sandra Gagliardi Sanchez e Vera Lúcia Vieira

**CONSELHO EDITORIAL:** Erson Martins de Oliveira; Hamilton Octavio de Souza; Priscilla Cornalbas

## **EDITOR GERAL**

Hamilton Octavio de Souza

## **EQUIPE DA REVISTA**

**EDITOR:** Ricardo Melani (MTPS 26.740)

**PREPARAÇÃO E REVISÃO:** Gabriel Kolyniak

**EDITORARAÇÃO ELETRÔNICA:** Mauro Teles

**CRIAÇÃO DE CAPA E ILUSTRAÇÕES:** Ana Aly

APROPUC-SP - Rua Monte Alegre, 984 - Sala p-70 - CEP 05014-001

Fones: 3872-2685, 3865-4914, 3670-8209 [apropuc@uol.com.br](mailto:apropuc@uol.com.br) • [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br)

## Normas de Publicação

A revista PUCviva divulga artigos, resenhas e trabalhos de interesse científico e acadêmico que estejam dentro da linha editorial da revista e na pauta da edição.

O Conselho Editorial se reserva o direito de não publicar as propostas de publicação, caso estejam fora das orientações editoriais desse periódico.

Os textos devem ser inéditos e as colaborações devem ser enviadas com a seguinte formatação:

- a) Artigos – 11 laudas ou 14 mil caracteres;
- b) Resenhas – 5 laudas ou 7 mil caracteres;
- c) Os textos devem ser entregues em cópia em disquete e cópia impressa em papel;
- d) As propostas de publicação devem seguir as normas da ABNT.

# ÍNDICE

7

A ESCOLA GOEBBELS

*JOSÉ ARBEX JR.*

15

MÍDIAS NO SINGULAR OU: ONDE BUSCAR A  
DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO?

*JOSÉ LUIZ AIDAR PRADO*

25

CONCESSÕES DE RÁDIO E TV  
(MÃO DE GATO NO CONGRESSO)

*VENÍCIO A. DE LIMA*

35

O PODER DA MÍDIA E A LUTA PELA  
DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE  
COMUNICAÇÃO NO BRASIL

*VITO GIANNOTTI*

49

A NECESSIDADE DO CONTROLE PÚBLICO  
SOBRE A TELEVISÃO

*LAURINDO LALO LEAL FILHO*

57

O PODER DA MÍDIA E OS CAMINHOS  
PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DOS  
MEIOS DE COMUNICAÇÃO

*ORLANDO FANTAZZINI*

65

A OBSERVAÇÃO COMO FORMA DE  
ININTERVENÇÃO

*LUIZ EGYPTO DE CERQUEIRA*

75

O TODO NÃO É VERDADE

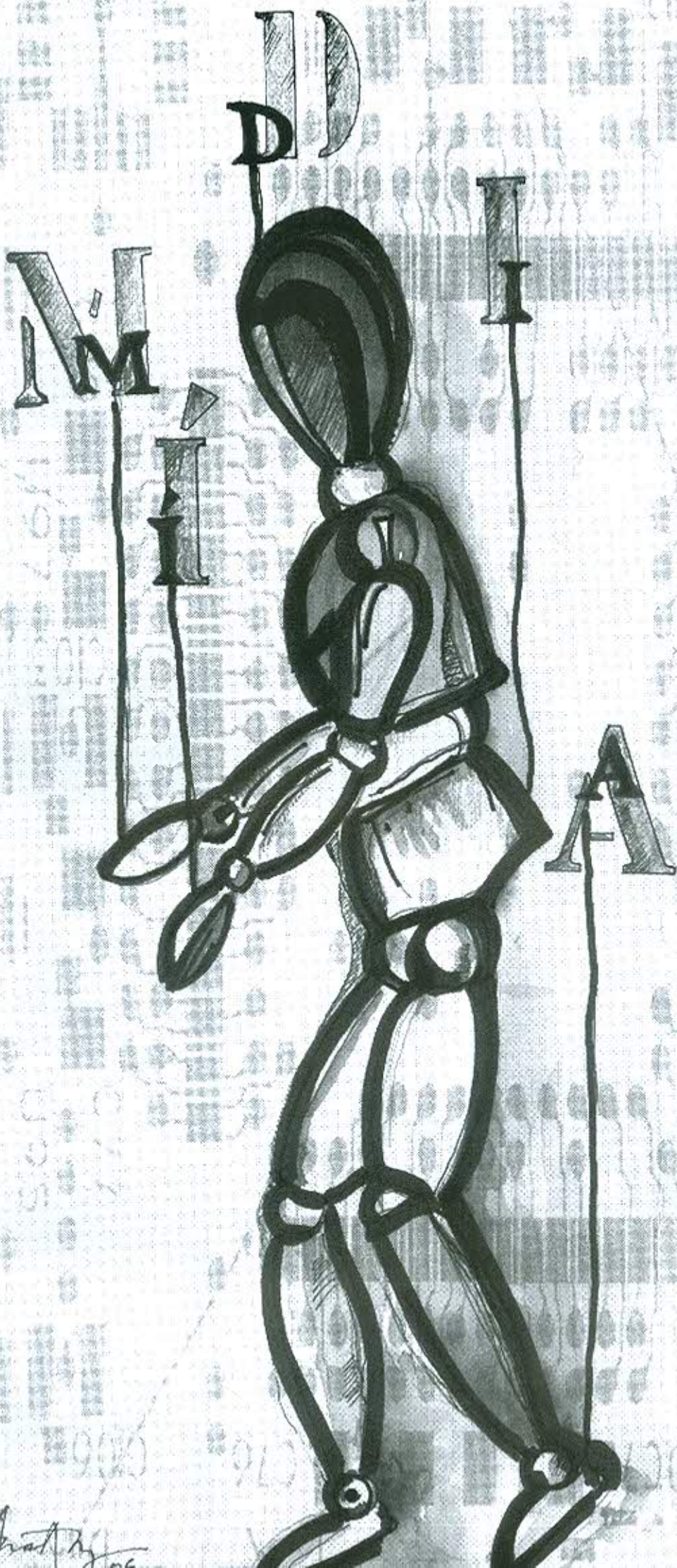
*RICARDO KAUFFMAN*

83

MANIFESTO-POESIA CONTRA TIRANIA DA  
MÍDIA OU DA MAXAMBETA

*RICARDO MELANI ET ALII*





Anatomy 2006

# A ESCOLA GOEBBELS

**José Arbex Jr.**

*Jornalista e Professor da PUC-SP*

Hegel costumava equiparar o ato de ler o jornal todas as manhãs a uma prece para Deus. É claro: a imprensa era, então, parte constitutiva e fundamental do processo de formação daquilo que o próprio Hegel qualificava como “sociedade civil”, conceito que seria posteriormente desenvolvido por Marx e Gramsci. A imprensa era vista por Hegel, nesse sentido, como o meio de conduzir o indivíduo isolado ao convívio social, como expressão da maturidade atingida pela civilização, instrumento de realização do Espírito. A imprensa foi vital como instrumento de debate de idéias e de organização da revolução de 1789, assim como ocupou um papel central no processo de formação do novo Estado criado com base na Declaração de 1776. Não por acaso, a famosa Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos proíbe ao Congresso aprovar qualquer lei com o objetivo de cercear ou restringir a liberdade de expressão, religião e imprensa. É de Thomas

Jefferson, radical advogado da liberdade de imprensa, a famosa sentença, freqüentemente citada pelos donos dos grandes veículos: “Se tivéssemos de optar entre um governo sem jornais ou jornais sem governo, escolheria sem hesitar a segunda hipótese.” O problema começa com a continuação da sentença, que costuma ser deixada de lado pelos “chefões” da mídia: “Mas, nesse caso, devo insistir que todos os homens deveriam receber os jornais e serem capazes de lê-los” (Carta de Thomas Jefferson a Edward Carrington, 1787).

Desde os anos de Jefferson e Hegel até a segunda metade do século XIX, não havia o monopólio privado da comunicação. O exercício do jornalismo era extremamente permeável aos debates políticos que agitavam as sociedades, que então amadureciam as condições para a construção do Estado nacional burguês. Claro que não se trata, aqui, de idealizar um suposto período áureo de total



